

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ROSEANE CARDOSO MENEZES

**LITERATURA, FORMAÇÃO HUMANA E SOCIEDADE:
APONTAMENTOS ACERCA DO POTENCIAL HUMANIZADOR DA
LITERATURA**

Goiânia
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Roseane Cardoso Menezes

Título do trabalho: Literatura, formação humana e sociedade: apontamentos acerca do potencial humanizador da literatura

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Jorge Viana, Professora do Magistério Superior**, em 02/03/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseane Cardoso Menezes, Discente**, em 02/03/2023, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3562046** e o código CRC **B10600CF**.

ROSEANE CARDOSO MENEZES

**LITERATURA, FORMAÇÃO HUMANA E SOCIEDADE:
APONTAMENTOS ACERCA DO POTENCIAL HUMANIZADOR DA
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana

Goiânia
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Menezes, Roseane Cardoso

Literatura, formação humana e sociedade [manuscrito] :
Apontamentos acerca do potencial humanizador da literatura /
Roseane Cardoso Menezes. - 2023.
XLIII, 43 f.

Orientador: Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia,
2023.
Bibliografia.

1. literatura. 2. sociedade. 3. formação humana. 4. literatura de
massa. I. Viana, Cynthia Maria Jorge, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Literatura, formação humana e sociedade: apontamentos acerca do potencial humanizador da literatura", de autoria de Roseane Cardoso Menezes, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana - orientadora (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: profa. Dra. Joana Alice Ribeiro de Freitas (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final 9,5 (nove e meio), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Jorge Viana, Professora do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Alice Ribeiro De Freitas, Professora do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3542748** e o código CRC **9CDAE512**.

Com amor e respeito, aos meus pais, pela
educação que me deram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir caminhar nessa trajetória tão linda, gratificante e desafiadora.

À minha mãe, pelo apoio de sempre na vida acadêmica, acreditando e sonhando junto comigo.

Ao meu pai, que sempre fez questão de incentivar-me nos estudos. Por acreditar que a educação é o melhor e, talvez, o único caminho para sonhar e trabalhar por uma sociedade melhor.

À minha professora orientadora Cynthia Maria Jorge Viana, que desde as suas primeiras aulas com a turma, já sinalizava que profissionalismo e humanização andam juntos. Ela que consegue fazer das suas aulas, revolucionárias, pelo simples fato de compreender o sujeito como um ser social, mas sem perder o olhar humano para com ele, percebendo-o como indivíduo pensante, reflexivo e com muitos conflitos. Gratidão aos elogios à minha escrita, porque eles foram necessários para que eu não desistisse no meio do caminho, e por ter acreditado no meu trabalho, quando eu achava que estava tudo perdido.

À professora convidada, Joana Alice Ribeiro de Freitas, por se dispor a avaliar o meu trabalho e contribuir com a minha carreira acadêmica.

Aos meus irmãos e minha cunhada pelo incentivo, por acreditarem no meu potencial e entenderem a minha ausência em muitos momentos, devido a minha rotina de estudos.

Aos meus amigos, em especial, Valda, Tatiana, Valquíria, Cristiane e Vanessa, que foram meu porto-seguro. Pelo acolhimento às minhas angústias e estresses. Mas, principalmente, por estarem ao meu lado, mesmo que às vezes, a quilômetros de distância.

Ao monitor da disciplina, Gabriel, pela ajuda e disponibilidade sempre que necessário.

À minha prima Gabriela, que assim como eu, tem a educação como caminho de transformação social.

A todos os meus professores, em especial ao professor Bruno Domingues da Silva, que me ajudou a descobrir a escrita e a literatura como importantes para o mundo, e foi meu norteador para a trajetória acadêmica e futuramente profissional. E a professora Tatiana Santos, minha professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, que foi a responsável por me apresentar a magnitude da literatura e por ter sido a primeira leitora assídua das minhas poesias.

À Faculdade de Educação/UFG que enriqueceu minha trajetória acadêmica e transformou a minha visão em relação à educação e à humanidade.

A mim, por ter vencido crenças limitantes, não desistir quando tudo a minha volta tentava me paralisar. Por respeitar minhas convicções e não renunciar ao que acredito em relação à literatura, escrita, educação e humanidade.

A ela, a literatura, por ser minha fonte de formação e energia até aqui.

*Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa
humanidade.*

Cândido (2011)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar a relação entre literatura, sociedade e formação humana, acentuando o caráter humanizador da literatura que se dá a partir da organização das emoções, pensamentos e sentimentos do ser humano, bem como sua articulação com o tempo histórico. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, que se sustentou na leitura e sistematização de fontes teóricas como livros e artigos de revista científica. Os principais autores estudados foram: Lajolo (1984), na qual a autora aborda historicamente o conceito de literatura em diferentes contextos sociais; Cândido (2012), em que o crítico literário discute sobre a magnitude da formação humana, interposta pela literatura; Aranha e Batista (2009), no qual os autores abordam o avanço da literatura de massa, a influência do mercado no campo literário, além do conflito entre a literatura de massa e a erudita; Cândido (2011), em que o autor elucida como se dá o processo de formação humana, mediada pela literatura, demonstrando seus aspectos fundamentais, considerando-a um bem indispensável à humanidade, portanto, um direito de todos; e Lajolo (2018), em que a autora faz uma nova abordagem acerca da concepção de literatura, além de discutir sobre a resistência aos novos tipos de literatura, por parte dos defensores da literatura clássica. O trabalho está dividido em dois capítulos: o primeiro trata do papel formativo da literatura, trazendo a formação humana e o conceito histórico de literatura. O segundo discute a apresentação da literatura na atualidade, destacando a influência do mercado industrial no mundo literário, a disputa entre a literatura de massa e os clássicos, bem como as transformações sofridas pela literatura e a constância do seu papel social. A partir dos estudos realizados, entende-se que a literatura é uma instância formativa e humanizadora, por isso, mesmo com a influência mercadológica, fragmentando-a, sua função social é mantida.

Palavras-chave: literatura; sociedade; formação humana; literatura de massa.

ABSTRACT

The objective of this work is to study the relationship between literature, society and human formation, emphasizing the humanizing character of literature that takes place from the organization of emotions, thoughts and human being feelings, as well as its articulation with historical time. For this, a qualitative research, bibliographic type, was made, which was based on reading and systematization of theoretical sources such as books and articles of scientific journal. The main authors studied were: Lajolo (1984), in which the author historically approaches the concept of literature in different social contexts; Cândido (2012), in which the literary critic discusses the magnitude of human formation, interposed by literature; Aranha e Batista (2009), in which the authors address the advance of mass literature, the influence of the market in the literary field, in addition to the conflict between mass literature and erudite; Cândido (2011), in which the author elucidates how the process of human formation happens, mediated by the literature, demonstrating its fundamental aspects, considering it as an indispensable good to humanity, therefore, a right of all; and Lajolo (2018), which the author takes a new approach to the conception of literature, in addition to discussing the resistance to new types of literature, by defenders of classical literature. The work is divided in two chapters: the first one deals with the formative role of literature, bringing human formation and the historical concept of literature. The second one discusses the current presentation of literature, highlighting the influence of the industrial market in the literary world, the dispute between mass literature and the classics, as well as the transformations suffered by literature and the constancy of its social role. From the studies conducted, it is understood that the literature is a formative and humanizing instance, therefore, even with the market influence, fragmenting it, its social function is maintained.

Keywords: literature; society; human formation; mass literature.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	13
2-LITERATURA E FORMAÇÃO HUMANA	15
2.1- LITERATURA: BREVE TRAÇADO HISTÓRICO	15
2.2- O POTENCIAL HUMANIZADOR DA LITERATURA.....	20
3- LITERATURA E SOCIEDADE.....	28
3.1- A LITERATURA DE MASSA E OS CLÁSSICOS: UM CONFLITO AO ACASO	28
3.2- NOVOS CONCEITOS DE LITERATURA: UMA ADAPTAÇÃO AO TEMPO.	33
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1-INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir a relação entre literatura, sociedade e formação humana, acentuando o caráter humanizador da literatura que se dá a partir da organização das emoções, pensamentos e sentimentos do ser humano, bem como sua articulação com o tempo histórico. Entende-se que o caráter formativo da literatura está centrado na necessidade de potencializar a formação de quem usufrui dos seus materiais e conteúdo, valendo-se da compreensão de que ela pode guiar o indivíduo no caminho de leitura e compreensão do mundo, manifestações de pensamentos e criação de novos sentidos para diversas situações da vida.

Desse modo, a pesquisa aborda o conceito da literatura, como se dá o processo de formação humana mediada por ela e como vem sendo apresentada na atualidade. A literatura desempenha papel relevante para a sociedade por ser uma forma de conhecimento, formação e expressão humana, uma vez que por meio da estruturação das obras literárias, obedecendo a junção entre forma e conteúdo existente nelas, acontece a organização das ideias, das emoções e dos sentimentos humanos, de acordo com Cândido (2011).

Justifica-se a pesquisa nesta temática, pois para Cândido (2011), um dos autores principais deste trabalho, a importância da literatura na sociedade está no fato de ela ser uma “[...] manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (CÂNDIDO, 2011, p. 176). Nesse sentido, compreende-se que pensar a literatura como algo relevante é analisá-la como um dos elementos necessários à formação do sujeito. Assim, é necessário reforçar a concepção de Cândido (2011) ao considerar a literatura como “[...] bem incompreensível” (p. 176), visto que para o autor os bens incompreensíveis são aqueles aos quais a humanidade não pode viver sem, e que também se caracteriza como um direito.

Exemplos desses bens são a alimentação, a higiene, a saúde, a moradia e a liberdade. Assim, a literatura também é necessária ao indivíduo e à sociedade, pois todos os dias da vida humana são permeados por algum tipo de fabulação/imaginação. No fazer literário, essa fabulação é organizada de modo específico, trazendo, como aponta Cândido (2011): “[...] uma ordem definida que serve de padrão para todos e, deste modo, a todos humaniza, isto é, permite que os sentimentos passem do estado de mera emoção para o de forma construída, que assegura a generalidade e a permanência” (p. 181).

Ademais, é abordada a influência do mercado na literatura, transformando-a em mercadoria. Nesse sentido, para Lajolo (1984): “[...] a literatura iguala-se a qualquer produto produzido e consumido em moldes capitalistas, isto é, confunde-se com esmaltes de unhas, marcas de

carro e supermercados” (p. 17). Desse modo, encontram-se obras destinadas a determinados públicos, buscando atender ao gosto de cada público-leitor-consumidor. Aqui, atenta-se ao conflito existente entre a literatura de massa e os clássicos, sendo esses últimos produções com linguagem formal e rebuscada, além de escrita, na maioria dos casos, por autores renomados, seguindo uma estruturação mais rigorosa no quesito organização das palavras. Já a literatura de massa visa atender ao mercado, com produções literárias voltadas primeiramente ao interesse do leitor-consumidor, com uma linguagem menos formal, procurando majoritariamente saciar as emoções deste (ARANHA; BATISTA, 2009).

Para mais, a elaboração do presente trabalho se justifica também como uma contribuição para o campo científico, posto que é importante a existência de pesquisas que ressaltem a relevância humana e social que a literatura desempenha no corpo social. Isso leva a discutir como acontece o transcurso formativo e a apresentação da literatura neste corpo social, uma vez que Cândido (2011) a defende como direito para todos e, por isso, faz-se necessária a todas as pessoas.

Assim, para a construção do trabalho, têm-se como referenciais teóricos o crítico literário Cândido (2011; 2012), que discute e apresenta a função formativa da literatura, elucidando seus aspectos e como se constitui a sua relevância para a sociedade. Para conceituar literatura, baseia-se em Lajolo (1984; 2018), que faz um traçado histórico acerca da definição de literatura; e, em se tratando da influência do mercado industrial na literatura e do embate presente entre a literatura de massa e a literatura erudita, sustenta-se a discussão em Aranha e Batista (2009). Além disso, para uma melhor discussão acerca dos clássicos, toma-se como referência Calvino (1993). Ressalta-se que o trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, e está organizado em dois capítulos: o primeiro trata do papel formativo da literatura, trazendo a formação humana e o conceito histórico de literatura. O segundo discute a apresentação da literatura na atualidade, destacando a influência do mercado industrial no mundo literário, a disputa entre a literatura de massa e os clássicos, bem como as transformações sofridas pela literatura e a constância do seu papel social.

A partir dos estudos realizados, entende-se que a literatura é uma das instâncias formativas e humanizadoras, por isso, mesmo com a influência mercadológica, fragmentando-a, sua função social é mantida.

1. LITERATURA E FORMAÇÃO HUMANA

1.1 LITERATURA: BREVE TRAÇADO HISTÓRICO

Lajolo (1984) faz um traçado histórico analisando como se constituiu o conceito de literatura em determinados períodos, tomando como início, a cultura grega. Para a autora, foi na Grécia antiga que se começou a falar publicamente e produzir literatura, com a atuação de grandes autores gregos como: Homero, Sófocles e Píndaro. Segundo Lajolo (1984), “Começando bem antes de Cristo, e para efeitos culturais confundindo-se com a origem de tudo, é na Grécia antiga que se costuma localizar as primeiras reflexões mais sistemáticas sobre aquilo que ainda hoje chamamos literatura” (p. 53). Aqui é importante destacar que Lajolo (1984) postula que por todo o mundo, entre todos os povos, o uso da linguagem literária era feito, porém, considera-se o início do conceito de literatura na Grécia antiga por esta ser uma grande potência política e filosófica na história. Assim, a autora elucida:

Mas fique claro que o mundo não era só a Grécia. E nem foi monopólio dos gregos o dar sentido à vida através da linguagem literária. Muitos outros povos – a dizer a verdade talvez todos – entrelaçaram seu fazer diário à música, à dança, à poesia. (LAJOLO, 1984, p. 54).

Para a autora, a literatura grega não estava limitada às obras literárias e seus efeitos na vida dos gregos, mas era diretamente ligada à vida coletiva e pública da Grécia. Então, para os antigos gregos a literatura não se delimitava apenas a apreciação dos leitores, mas era vista como forma de festividade, que atuava de maneira coletiva na vida dos gregos. Lajolo (1984) discorre sobre isso, indicando:

Nos teatros, nas praças e nos templos, a literatura não era um privilégio dos que liam, mas uma espécie de celebração. E como celebração coletiva, além de cumprir o papel que lhe estava reservado, ainda tinha a chance de repercutir profundamente na vida de cada um, como, aliás, pode repercutir ainda hoje (de forma diferente) em que a leia. (p. 55).

Portanto, para os gregos a literatura estava além da intimidade da relação leitor e obra, pois era tida como uma manifestação artística, devendo ser apresentada ao público. Entretanto, o tornar a literatura um espetáculo aberto à multidão não retirou o modo de ela afetar seu receptor, individualmente, visto que ela tem esse papel de atingir o indivíduo, de modo a contemplá-lo tanto como sujeito social, quanto individual.

Percorrendo a história, Lajolo (1984) esclarece como se configurou a literatura na Idade Média. O conceito de literatura na Idade Média venceu alguns paradigmas defendidos pelos gregos e romanos para que fossem estabelecidas novas formas de expressão, e isso aconteceu após a cristianização. Além disso, o papel da literatura na vida dos indivíduos e na sociedade passou a ser exercido de modos diferentes. Desta maneira, a autora enfatiza:

Foi depois da cristianização – ao tempo em que os templos gregos e romanos iam sendo substituídos na linha do horizonte por catedrais de torres pontiagudas e vitrais coloridos – que o conceito de literatura passou a abranger diferentes formas de expressão, e a literatura começou a cumprir novos papéis na vida do homem e da coletividade. (LAJOLO, 1984, p. 58).

É importante fazer um adendo de que, segundo Lajolo (1984), “O que parece permanecer intocado é a força da palavra como forma de simbolizar o mundo e o lugar das pessoas no mundo” (p. 58). Assim sendo, compreende-se que mesmo a literatura passando por diversas significações e assumindo papéis distintos em determinados contextos históricos algo continua prevalecendo, que é a função da literatura, incorporada na palavra de servir de referência para ilustrar o mundo e a posição dos indivíduos que nele vive. Na Idade Média, a literatura era representada nas novelas de cavalaria e canções de trovadores, como aponta Lajolo (1984): “Na Idade Média musical e aventureira que se destaca das canções trovadorescas e das novelas de cavalaria, quase não sobra espaço para os oprimidos, para a escravidão dos mosteiros e conventos, para o autoritarismo da Igreja Católica” (p. 60).

Entretanto, sabe-se que é impossível apontar contextos históricos sem evidenciar os âmbitos sociais que o perfazem. Nota-se, então, que os oprimidos pela dominância da Igreja Católica, nesse período, tinham pouco acesso às obras literárias. Para mais, Lajolo (1984) registra:

Tanto as civilizações clássicas da Grécia e Roma, quanto a medieval, são períodos em que a sociedade organizou-se segundo padrões muito rígidos: nobres de um lado, plebeus de outro; senhores de terra de um lado (do mesmo que os nobres), servos de gleba de outro; diferenças sociais rígidas, gente separada de gente, homens com poder de vida e de morte sobre outros homens e mulheres. (p. 58-59).

A literatura nesses contextos históricos acaba refletindo as realidades, podendo considerar também como se organiza a função da literatura de acordo com as fases históricas, bem como sua fruição a favor de uns e em detrimento de outros. Com isso, Lajolo (1984) ainda destaca que:

[...] os gêneros considerados nobres pelo seu parentesco com o classicismo começaram a ter sua circulação restringida: primeiro, porque eram proibidos (sendo pagãos, poderiam pôr minhocas nas cabeças que a Igreja esforçava-se por cristianizar e manter cristianizadas) e porque pouca gente conhecia grego [...]. (p. 59).

Portanto, no período medieval o acesso à literatura era praticamente restrito aos detentores do poder econômico vigente naquela época, o que reflete o autoritarismo e a censura da Igreja Católica, fortemente presentes na época. Por isso, de acordo com a autora, às vezes o que restava para os demais povos medievais eram contemplações de jograis e trovas na praça medieval. Lajolo (1984) destaca que:

Nos tempos muito antigos – na Idade Média, por exemplo, o artista era financiado por alguém – rico e geralmente muito poderoso. O escritor não precisava preocupar-se em agradar ao público indiferenciado. Bastava angariar as simpatias de seu patrono: o mecenas que, garantindo-lhe cama, comida e roupas, financiava-lhe a aventura intelectual. (p. 66).

Logo, percebe-se que a relação autor e obra, assim como os papéis da literatura, também se diferem de acordo com as conjunturas históricas. E, também, supõe-se que para o autor literário, na Idade Média, por exemplo, a obra literária era vista como algo mercadológico. Ademais, esse tipo de relação de elaboração das obras literárias, sem a preocupação com a sua função formativa, desencadeou por alguns tempos na interpretação da literatura como algo de luxo¹, destinadas apenas para os ricos, como menciona Lajolo (1984):

Sem dúvida, esta forma de produção marcou fortemente a literatura, imprimindo nela o selo de atividade de luxo, e no poeta a marca de cidadão ocioso, supérfluo, não produtivo. E, indiretamente, caracterizou o escrever literatura como a atividade elitizada que se conhece até hoje. (p. 66).

Na sequência, segundo Lajolo (1984), a literatura passou por uma grande transformação histórica a partir do Romantismo. Para autora:

Comparada a com a concepção clássica, a concepção de literatura assumida e praticada pelos românticos democratizou-se muito. Produções literárias a que, aparentemente, a literatura clássica torcia o nariz, ganharam direito de cidadania. [...] O romance, que embora descendente da ilustre epopéia clássica, abandonou o berço aristocrático e, recolhido ao jornal, foi buscar seus leitores em um público mais largo, indiferenciado e sem *pedigri* literário. (LAJOLO, 1984, p. 68-69, grifo da autora).

¹ Nesse período, não eram todas as pessoas que eram alfabetizadas e tinham acesso à cultura letrada, e especificamente à literatura.

Nesses termos, percebe-se que a literatura começou a tornar-se democrática, de modo a inserir todos os públicos em um processo de cidadania, já que antigamente só contemplavam as obras literárias quem as autoridades medievais permitiam e, portanto, a ideia de cidadania era restrita apenas a nobreza e ao clero da Igreja Católica. Para mais, a literatura romântica ao democratizar as obras literárias permitiu que as pessoas pudessem apreciá-las, desfrutando das emoções causadas por elas, além de causar-lhes uma sensação de liberdade, como indicou a autora:

Sob muitos aspectos, a literatura romântica foi uma festa, em que lágrimas e sorrisos borbulhavam do coração de leitores – muitos e muitos leitores e leitoras – comovidos com o que liam. Aos olhos de hoje, esta concepção e esta prática romântica de literatura parecem ter-se fundado na emoção, fantasia, imaginação, sentimento. E acima de tudo na liberdade. (LAJOLO, 1984, p. 69).

De acordo com a autora, esta definição e exercício da literatura como algo que atinge intimamente os leitores, de maneira a transcender as barreiras do imaginário *versus* o real, perdura até os dias atuais. Passou-se a acreditar que na maioria das vezes todas as obras literárias, bem como os autores, possuem em sua essência humana um resquício de romantismo. Além disso, a literatura romântica se apresentou como atividade da liberdade, configurando esse espaço ao escritor literário para produzir suas obras, o que se deu a partir do século XIX, como demonstra Lajolo (1984):

Nos textos românticos, esta liberdade manifesta-se de vários modos: na linguagem adotada, na musicalidade dos ritmos, na desobediência à razão cerceadora das peripécias, na concepção de personagens arrebatadas pela própria fantasia que, transbordando, contagiava leitores e autores. [...] Este conceito e esta prática de literatura como alguma coisa que toca profundamente as pessoas, como transbordamento de uma alma para a outra, parece durar até hoje. (p. 69-70).

Com isso, entende-se que foi a literatura romântica a responsável por conceder a função da literatura como protesto e atuação contra as injustiças sociais. Função esta que não se limitou ao romantismo, ao contrário, tornou-se latente até os dias de hoje. Lajolo (1984) ainda traz como exemplo de autor literário romancista, o poeta Castro Alves, que por meio da poesia, denunciava as crueldades existentes no período da escravidão no Brasil.

Após tratar da literatura romântica, a autora dá ênfase à literatura realista; esta que fora apresentada como uma nova vertente literária e, ao mesmo tempo, inibidora do romantismo, como Lajolo (1984) afirma:

É a hora e a vez de levar adiante um conceito e uma prática de literatura que se concebem representação do real e que abominam qualquer rastro de deformação deste real pelo sentimento ou imaginação. [...] O que a chamada literatura realista vai propor, então, não consistirá exatamente numa novidade: o que ela inova é, como sempre, o conceito de realidade que instaura, a sensação de ‘verdadeiro’ (verossímil) que ela quer dar ao leitor, a linguagem que ela usa e como a usa para fazer tudo isso. (LAJOLO, 1984, p. 79-80, grifo da autora).

Além disso, a literatura realista tem enfoque em uma visão do homem como sujeito orgânico, não dando muita ênfase a ele enquanto ser racional e emocional. Nessa fase literária, evidencia-se uma literatura pautada na veridicidade da ciência renunciando à valorização do espírito. Para Lajolo (1984):

No caso das últimas décadas do século XIX, a rebeldia desfraldou várias bandeiras e seguiu vários caminhos: em alguns textos, a nova concepção de literatura implicava no abandono da linguagem à vontade e no retorno à linguagem de fraque e cartola; em outros, a solidariedade a seu tempo consistia no abandono dos ambientes refinados e luxuosos e no mergulho no dia-a-dia dos oprimidos e miseráveis; para outros ainda, a virada era o enfoque quase obsessivo de personagens criados com rigor que via na ciência se (*sic*) modelo mais próximo. Ao homem-emoção-e-sentimento seguiu-se o homem-instintos, o homem-corpo, o homem-orgânico. (p. 80).

Posterior à literatura realista dá-se palco à literatura parnasiana, brevemente destacada por Lajolo (1984) e compreendida como uma fase da literatura escrita com um sentido artesanal e mais natural das coisas. Assim, enfatiza a autora: “A preocupação com o fazer, os garimpos da linguagem em que os parnasianos tanto se esmeram não são assumidos abertamente” (p. 86). Portanto, a literatura parnasiana muito se restringe ao sentido quase sensorial da obra literária, como se o leitor pudesse ter a sensação de adentrar no cenário do que a obra discorria por meio de uma linguagem densa.

A partir do século XIX, segundo a autora, a literatura passou a ser vista pelo público como possibilidade de: “[...] instauração de uma realidade apreensível apenas na medida em que permite o encontro de escritor e leitor sem que, entre ambos, haja qualquer acordo prévio quanto a valores, representações, etc. (exceto, é claro, o acordo prévio inerente a qualquer situação de linguagem, o que já não é pouco). (LAJOLO, 1984, p. 93). Nesse sentido, a literatura ganhou mais importância por ser vista como algo próximo da realidade das pessoas, mediante a ligação entre autor e receptor/leitor, essa que ocorre por meio da obra literária.

Feita a abordagem histórica, Lajolo (1984) conclui:

O fim do século foi também o fim da crença na neutralidade de uma linguagem literária. Ruiu a concepção de uma significação única e linear. A literatura realista, apostando na possibilidade de uma reprodução não distorcida do real,

paradoxalmente, abriu caminho para a ideia de que, mais do que um significado determinado, o que é próprio da literatura é encenar a própria linguagem. (p. 91-92).

Compreende-se, então, a partir deste breve traçado histórico, que os caminhos trilhados pela literatura culminaram em um maior reconhecimento desta como uma forma de linguagem; esta que se caracteriza como intencional e formativa, bem como, humanizadora. Ademais, conforme Lajolo (1984), todas as fases da literatura mencionadas anteriormente não ficaram presas a seus períodos históricos, e sim, podem ser aplicadas na literatura dos dias atuais.

1.2 O POTENCIAL HUMANIZADOR DA LITERATURA

Além de ser possível organizar a literatura em fases e períodos em sua relação com a história é possível considerá-la como um conhecimento responsável por organizar e dar forma aos pensamentos, desejos e emoções dos homens. Com isso, Cândido (2011) indica a importância do papel formativo da literatura na sociedade uma vez que o ser humano, à medida que consegue organizar a sua fabulação, torna-se mais humanizado. Assim, entende-se a relação da literatura com o ser humano, enfatizando o ato da fabulação, a partir do que Cândido (2011) escreve:

Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. (p. 176).

De acordo com Cândido (2011), a literatura poderia fazer parte do que se considera bens incompreensíveis para a humanidade, encaixando-se como uma necessidade para a sociedade, visto que para o autor a literatura se faz presente em todos os momentos da vida do ser humano e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. O crítico literário ainda indica que a literatura serve como um equilíbrio social, ou seja, uma das características do papel formativo da literatura é servir como instrumento de compreensão da e para a sociedade. Sobre isso, com base no pensamento do psicanalista Otto Rank, Cândido (2011) menciona:

Alterando um conceito de Otto Rank sobre o mito, podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (CÂNDIDO, 2011, p. 177).

Ao considerar a literatura como um bem incompreensível, portanto, indispensável à sociedade, Cândido (2011) aponta que ela fornece suportes básicos de análise, interpretação e atuação social, pois seu caráter formativo e humanizador também se caracteriza nessa contribuição de entendimento dos aspectos sociais. O discernimento da literatura como um bem incompreensível fundamenta-se também em razão de ela suscitar no sujeito um despertar para o conhecimento de si mesmo e da realidade em que se insere. De outro modo, a literatura é substancial porque ela humaniza conforme o homem adentra no ambiente fabulado e estabelece um vínculo direto entre razão e emoção (CÂNDIDO, 2011). Acrescenta-se ainda que o indivíduo não consegue obter êxito em seu processo humanizador, caso dispense essa junção de emoção e razão, pois ambas devem ser indissociáveis.

Para Cândido (2011), a literatura pode ser distinguida em três faces:

[...] (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (p. 178-179).

Assim, pode-se considerar que em sua primeira face, a literatura, a partir da sua forma e conteúdo, que não se separam, tem a função de dar significado, organização e estruturação às emoções, aos pensamentos e às inquietações do ser humano. Portanto, Cândido (2011) explica que esse aspecto é o responsável por definir se determinada obra é ou não uma obra literária visto que, segundo ele, toda produção é primeiramente um objeto de construção humana. Para isso, o autor explica que:

De fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. Se fosse possível abstrair o sentido e pensar nas palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre a nossa mente. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo. (CÂNDIDO, 2011, p. 179).

Logo, as emoções causadas pelo contato com determinada obra literária são produzidas intencionalmente, ou seja, existe todo um processo de articulação na produção da obra para atingir o efeito literário e humanizador em quem está acessando determinado produto literário. Ainda nesse primeiro aspecto, encontra-se a ação da obra literária, que acontece na ordem de articulação das palavras, sílabas, atenção à tonalidade, entre outros, tudo isso realizado

intencionalmente para sistematizar, bem articulado, as emoções do indivíduo. Em vista disso, é importante acentuar que na literatura, forma e conteúdo, conforme mencionado, estão articulados, já que ambos são necessários para a produção literária (CÂNDIDO, 2011).

Ainda no que diz respeito à estruturação na literatura, tomando também como base Lajolo (1984), é possível afirmar que: “É a relação que as palavras estabelecem com o contexto, com a situação de produção e leitura que instaura a natureza literária de um texto” (p. 38). Sendo assim, para a autora a produção literária só acontece graças à articulação da linguagem com a escrita constituída em determinado contexto, ligado ao momento da produção e, dessa forma, se consolida o efeito da obra literária. Isto é, não se pode considerar qualquer produção textual como literária se ela não obedecer aos requisitos básicos que compõem uma obra literária, pois apesar de ambas, produção textual e produção literária, serem representadas pela linguagem escrita é necessário analisar a conjuntura na qual ela foi elaborada.

Nesse sentido, para Lajolo (1984): “O texto literário, ao mesmo tempo que significa, como que sugere os limites da significação. Dribla o leitor, sugerindo-lhe que o que diz *é e não é*, porque o dizer, em literatura, tira sua força, paradoxalmente, do relativo e provisório” (p. 38-39, grifo da autora). Compreende-se então que o texto literário cria uma relação bilateral com o leitor, de modo a deixá-lo livre para interpretar a mensagem passada em determinada obra literária, ao mesmo tempo também que esta mesma produção literária já deixa o significado da mensagem. É como se o texto literário provocasse no leitor uma sensação de liberdade de interpretação, quando na verdade, é a produção literária quem define a intenção da mensagem literária adquirida pelo receptor.

Retomando a compreensão de Cândido (2011), já na sua segunda face, compreende-se que a literatura é retratada como mecanismo de expressão. Em outros termos, por seu intermédio o ser humano é capaz de externar suas emoções e percepções da sociedade, e esse movimento pode acontecer tanto individual como em coletividade. Nesse aspecto, se sobressai a atividade da fabulação, esta que o autor definiu como necessária, inerente e natural do ser humano. E com a literatura essa fabulação ganha significado, contexto e sentido para aquele que fabula; é o mesmo que dizer que a literatura impulsiona a fabulação, ao passo que também a organiza. Isso ocorre porque tanto o autor literário quanto o receptor são sujeitos sociais e agem segundo a razão e a emoção. A fabulação está além de uma simples interpretação de um poema, conto, crônica e/ou outros gêneros literários. Ela tem relação direta com a assimilação do ser social acerca de determinado assunto, de maneira que ele seja capaz de compreender o

conteúdo da obra literária acessada, contrastando-a com a sua realidade, bem como a partir dela, enxergar-se como um ser pensante e reflexivo.

Na sua terceira face, Cândido (2011) assenta: “As produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo” (p. 182). Assim, a literatura se apresenta como um conhecimento capaz de propiciar ao indivíduo uma formação que potencializa o processo de construção humana, considerando que esta compõe-se de uma junção bem articulada dos conhecimentos de ordem social, moral e intelectual. Ela atua de maneira intensa na subjetividade e, por isso, atende às necessidades humanas, ao passo que a concepção de mundo por parte dos homens é aprimorada e o provoca a atuar com responsabilidade social no meio em que vive (CÂNDIDO, 2011).

Nesse sentido, existe uma relação entre a literatura e a formação humana. Sendo assim, Cândido (2011) define essa formação como:

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CÂNDIDO, 2011, p. 182).

Em resumo, entende-se a humanização como a capacidade de exercitar o que são consideradas características fundamentais ao indivíduo, e que são constituídas socialmente. Estas características se relacionam à busca incessante por conhecimento, este que tende a emancipar o sujeito; à compreensão da realidade a sua volta e o corpo social do qual faz parte; ao entendimento dos conflitos que comportam a existência do mundo e dos que nele habitam; bem como ao cultivo do belo e da reflexão. Todos esses aspectos consolidam o que Cândido (2011) define como humanização/formação humana.

Em se tratando do nível humanizador da literatura, correspondente ao primeiro aspecto da literatura, Cândido (2011) considerou:

A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo. (p. 179).

Desse modo, a produção literária humaniza no sentido de dar significado e estruturação ao que até então seriam apenas palavras e pensamentos fora de ordem. Por isso, a articulação da palavra, feita pela literatura, exerce essa função humanizadora uma vez que ela contribui para o equilíbrio social. Sendo assim, a literatura, mediante as obras literárias, tem a capacidade de humanizar o homem já que ela pode torná-lo mais condescendente ao outro, isto é, capaz de tratar o próximo como alguém semelhante a si no sentido das mesmas carências de sobrevivência biológicas, físicas, racionais e emocionais, bem como assumir uma postura de cuidado para com o outro, justamente por ele ser igual a si. Em outras palavras, é por meio desse processo de humanização, interposto pela literatura, que o ser humano consegue ter uma visão de mundo enquanto coletividade, e do outro, como indivíduo, mais coerente e com a possibilidade contribuir com a constituição da sociedade, uma vez que a humanização o instrui para ser um indivíduo atuante no meio em que vive.

Posto isso, Cândido (2011) enfatiza que a literatura opera em nós de acordo com os três aspectos acima mencionados, pois estes fazem parte do processo de formação literária e para que aconteça uma compreensão do papel da literatura em uma sociedade é necessário interpretá-la considerando a atuação das três faces, no indivíduo e na sociedade.

Para mais, Cândido (2011) menciona que existem na literatura níveis de conhecimento intencional, que são pensados pelo autor da obra e entendidos pelo receptor. Há nesses níveis o que Cândido (2011) chamou de literatura social. Por intervenção do conhecimento intencional é que o autor da obra pode colocar seus posicionamentos e/ou mensagens sociais e políticas, com o intuito de difundi-las na sociedade. Para que se compreenda a correlação entre os níveis de conhecimento intencional e a literatura social, faz-se necessário entender a definição de cada um, segundo o autor.

Sendo assim, Cândido (2011) destaca os níveis de conhecimento intencional da seguinte maneira: “Estes níveis são os que chamam imediatamente a atenção e é neles que o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc” (p. 182). Já a literatura social, encaixa-se nesses níveis, despertando o interesse de investigação e ação diante de determinados fatos ou situações da sociedade. Por literatura social o autor entende aquela “[...] na qual pensamos quase que exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades” (CÂNDIDO, 2011, p. 183). Porém é importante enfatizar que o papel da literatura não pode ser entendido como o de exclusivamente suscitar a criticidade do ser social, pois esta é apenas uma das formas de manifestação da literatura.

A literatura social interliga-se com o pensamento defendido por Cândido (2011), que ao se referir à fabulação como uma característica humana, sustentada pela literatura, faz um alerta sobre a necessidade que se tem da compreensão da literatura como um direito de todos. Com isso, a literatura social desempenha na sociedade um papel relevante, já que é por meio de uma boa obra literária, nas palavras do autor, de qualidade e, também, mas não necessariamente, da postura do autor e da obra, destinada a contribuir com uma possível inquietação social, que esse papel da literatura se destaca. Também se pode conceber a literatura social como caminho para análise da relação de determinada sociedade para com a literatura no geral, e o modo como essa mesma sociedade interpreta a relação da desigualdade social com o direito à literatura.

Portanto, reforçando a ideia da literatura como formação humana, e adentrando na literatura social como maneira de ler a sociedade, recorrendo ao que Cândido (2011) respaldou sobre esse sentido da literatura, confere dizer que ela pode ser considerada como denúncia social. Nesse caso, nas obras literárias e, ainda assim, seguindo a estética que compõe uma produção literária, o autor encontra formas de revelar casos de desigualdades sociais, violências, intolerâncias etc., e o receptor, por sua vez, pode se sentir incomodado com a situação social a partir da mensagem da produção literária que está acessando.

Cândido (2011) destacou a literatura em duas modalidades: a humanizadora, portanto, necessária a todos; e, como um meio de denúncia social. O autor fez esse movimento de definição da literatura, relacionando-a com a defesa dos direitos humanos, justificando que: “Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade” (p. 188), o que intensifica a importância de se ter a literatura como um direito de todos. Ao entender a literatura como uma luta pelos direitos humanos, de acordo com o crítico literário, pode-se realizar uma leitura da sociedade, procurando analisar como a formação humana é tratada, devido ao nível de relevância social dado à literatura, bem como a sua distribuição entre os indivíduos pertencentes a essa sociedade. Dado isso, Cândido (2011) afirma: “A organização da sociedade pode restringir ou ampliar a fruição deste bem, humanizador” (p. 188). Portanto, resume-se que a estrutura de uma determinada sociedade pode favorecer ou não o desenvolvimento do processo de formação humana, mediado pela literatura.

Ademais, o autor enfatiza que a forma como a sociedade trata a questão da desigualdade, por exemplo, revela como é a relação dessa sociedade com a literatura. Sendo assim, numa sociedade que alimenta a desigualdade social, tende-se a limitar o acesso de literaturas clássicas para as classes pobres e validar para essas pessoas apenas o que Cândido (2011) chama de “literatura de massa”, como o folclore e a canção popular. E, já em uma

sociedade que busca a igualdade social, procura-se facilitar e incentivar o acesso a todos os tipos de obras literárias, com a função de impulsionar tanto a cultura popular quanto a erudita. Deste modo, pensar a literatura como direito de todos seria o mesmo que priorizar que todas as pessoas tenham a oportunidade de serem contempladas por um tipo de conhecimento humanizador, papel esse da literatura.

Em razão disso, Lajolo (1984) aponta que a literatura serve de abertura para uma visão de mundo autônoma. Desse modo, para a autora:

É a literatura porta de um mundo autônomo que, nascendo com ela, não se desfaz na última página do livro, no último verso do poema, na última fala da representação. Permanece ricocheteando no leitor, incorporado como vivência, erigindo-se em marco do percurso de leitura de cada um. Daí o engano de quem acha que o caráter humanizante e formador da literatura vem da natureza ou quantidade de informações que ela propicia ao leitor. Literatura não transmite nada. Cria. Dá existência plena ao que, sem ela, ficaria no caos do inomeado e, conseqüentemente, do não existente para cada um. E, o que é fundamental, ao mesmo tempo que cria, aponta para o provisório da criação. (LAJOLO, 1984, p. 43).

Portanto, o caráter formativo e humanizador da literatura, segundo Lajolo (1984), não consiste numa mera transmissão de conteúdo ou das informações por ela propiciadas. Muito pelo contrário, para a autora, a literatura faz existir e criar formas para que o leitor também possa criar; em outras palavras, o que se faz presente na produção literária é criado pelo autor e recriado pelo leitor. Além disso, a relação do leitor com a literatura se dá no primeiro contato dele com a obra literária, porém, depois disso, a relação vai se aprofundando à medida que o leitor faz o exercício de reflexão do conteúdo acessado, sendo que essa relação não nasce com a finalidade de prazo para acabar de acordo com o término de uma leitura de livro, ou poema, por exemplo. Com o vínculo uma vez estabelecido, o potencial formativo e humanizador da literatura impulsionará o leitor (LAJOLO, 1984).

A literatura comporta em sua instância formativa o potencial de levar o sujeito a trilhar caminhos de construção social, moral e intelectual, isso com base nas concepções acerca da literatura apresentadas ao longo do presente capítulo, compreendendo suas fases em diversos períodos históricos. Entende-se que a literatura contribui com a formação do indivíduo porque se trata de um conhecimento, composto em sua estrutura por forma e conteúdo, contexto, estruturação, intencionalidade e responsabilidade para quem com ela tem contato. Ademais, a formação que a literatura proporciona ao homem individualmente, e ao coletivo, ou seja, a sociedade, é contínua uma vez que seu objeto receptor é ativo e, conseqüentemente, encontra-

se em constante processo de aprendizado, transformação, bem como mantém viva a sua necessidade de afinar seus aprendizados.

E no que diz respeito à literatura como humanizadora, realça-se o papel que ela desempenha na vida dos seres sociais, ao passo que por intermédio das obras literárias, os indivíduos podem usufruir de suas camadas básicas de humanização, como a afeição pelo próximo, no que se refere a não só preocupar-se com o seu processo individual de formação, e sim, contribuir com o do outro. Logo, demonstra-se que o processo de humanização não é um caminho percorrido sozinho, pois o indivíduo necessita do próximo para avançar em seu nível próprio de humanidade. Vale destacar que a concepção de literatura como instância formativa e humanizadora apresentada até aqui não anula as outras tantas formas de humanização, tampouco coloca a literatura como única no processo de formação humana do sujeito, apenas identifica como se dá a sua participação enquanto formativa e humanizadora.

Por outra forma, é o mesmo que dizer que o homem não se constrói humanamente sozinho, visto que para aperfeiçoar seu lado humano o outro se faz preciso, porque é das relações entre o eu, o outro e nós que se constitui o humano. Ninguém se humaniza sozinho, e por isso um dos princípios da humanização é a compreensão do outro como alguém igual a si, dependente das mesmas condições de constituição sociais. Assim sendo, a literatura se faz necessária para a humanidade e, ao passo que acompanha a necessidade de determinada sociedade, seu caráter formativo se evidencia (CÂNDIDO, 2011).

2. LITERATURA E SOCIEDADE

2.1 A LITERATURA DE MASSA E OS CLÁSSICOS: UM CONFLITO AO ACASO

Sabe-se que a literatura desempenha um papel fundamental na sociedade por contribuir com o processo de formação humana, conforme mencionado no capítulo anterior. Confere ressaltar que assim como a sociedade vai mudando, a relação das pessoas com a literatura também sofre modificação, tendo em vista que a literatura faz parte do corpo social. Assim sendo, com base em Aranha e Batista (2009), é possível afirmar que a literatura ao longo do tempo ganhou mais uma denominação: literatura de massa, que criou um campo questionável no âmbito literário por suas obras não seguirem o mesmo rigor que as obras literárias da chamada literatura erudita. A partir disso, existe, segundo os autores, uma discussão por parte de alguns estudiosos, como Alfredo Bosi, Muniz Sodré e Umberto Eco, sobre o papel da literatura erudita e da literatura de massa.

Segundo Aranha e Batista (2009), a chamada literatura de massa é um tipo de literatura que se configurou a partir da necessidade de uma nova sociedade de consumo, instaurada com a Revolução Industrial: “Sob a pressão da Revolução Industrial, os rápidos acontecimentos da Idade Moderna levaram a uma mudança na perspectiva da sociedade em relação à cultura letrada, tornando-se esta um ‘serviço público coletivo’” (p. 122, grifo dos autores). Portanto, a literatura passou a ser vista como mais um produto para atender às demandas da sociedade, porém, não no seu modelo clássico, que tensiona forma e conteúdo, mas com uma linguagem mais simples, com enredos mais fáceis de serem compreendidos e, conseqüentemente, com uma leitura fluida. Com isso, a literatura de massa ganhou força até os dias atuais justamente por atender ao consumismo e tornando a cultura letrada acessível para todos os públicos, porém de maneira remodelada de acordo com o nível de compreensão e o desejo do consumidor.

É importante ressaltar que discutir a literatura nesses dois modelos, literatura erudita e literatura de massa, permite que se compreenda de que forma a literatura se insere na sociedade, bem como que se entenda como a relação leitor e obra é estabelecida. Além disso, é nesse sentido que se percebe a ação da literatura social, defendida por Cândido (2011), como a necessidade: “[...] de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles” (p. 182-183), só que agora presente ou não nas obras literárias da literatura de massa, assim como outros aspectos da literatura indicados pelo autor.

A literatura de massa pode ser entendida como uma adequação da sociedade para fazer uso da cultura letrada, a partir de produções de obras com linguagem informal, de fácil

interpretação e que atendam ao imaginário histórico ou ao desejado pelo público consumidor destas produções. Para Aranha e Batista (2009), a transformação da literatura em produto, enaltecendo a literatura de massa e com caráter mercadológico, legitimou-se com sua aceitação por esse público, como demonstram os autores:

Assim, a comunidade de leitores-consumidores passa a desempenhar um importante papel de legitimação. Os índices de venda ('campeões de venda', 'os mais vendidos') tomam a forma de indicadores de qualidade e excelência para o grande público. Portanto, o fato de ser *mais vendido* agrega valor ao bem ofertado. (ARANHA; BATISTA, 2009, p. 123, grifos dos autores).

Os leitores passaram a não só ler livros, mas sim a colocá-los no rol dos bens materiais de consumo, buscando agora não mais uma leitura pautada em um conhecimento mais aprofundado, mas em um objeto utilitarista, em que se escolhe determinada obra pelo seu nível de popularidade ou fama. Com isso, a literatura erudita, por ter uma linguagem mais formal e rebuscada tende a dificultar a sua aquisição pela maioria dos leitores-consumidores, estes que procuram ter acesso à literatura, porém de modo mais simples, atendendo à sua necessidade de apreensão de determinado conteúdo.

De acordo com Aranha e Batista (2009), a validação da literatura de massa pela grande maioria dos leitores-consumidores está relacionada à alfabetização de uma parcela significativa de leitores, durante e após a Revolução Industrial. Para os autores: "A urbanização e a alfabetização em massa permitiram que uma imensa camada da sociedade estivesse apta à leitura, expandindo o universo de leitores e a oferta de textos" (ARANHA; BATISTA, 2009, p. 122). A partir desse acontecimento, a literatura também sofreu com esse processo e, conseqüentemente, aumentou o número de leitores e a busca por determinadas obras.

Aqui, tem início uma separação na literatura, de um lado a literatura erudita e do outro a literatura de massa. Isso acontece porque para atender a esses novos leitores emergentes, renunciou-se à linguagem formal de uma estrutura literária voltada aos modelos clássicos da literatura, como o Romantismo, Arcadismo e outras fases literárias que sustentaram a chamada literatura clássica, esta que também não era acessada por toda a sociedade, mas por uma classe com maior poder aquisitivo. Sendo assim, a literatura de massa assumiu a característica de levar literatura para as camadas sociais mais vulneráveis, modelando-a de acordo com o nível de capital cultural das pessoas que delas faziam parte (ARANHA; BATISTA, 2009).

Para mais, segundo Aranha e Batista (2009), a literatura de massa é alimentada pela visão mercadológica eminente na sociedade, colocando a literatura em uma posição de mercadoria, conseqüentemente, tendo que seguir os padrões do mercado. Deste modo, os

autores acentuam: “Por ser um produto dirigido às massas, de grande penetração, esta literatura sofre influência direta dos fatores de mercado, tendo sido estimulada pelo incremento da capacidade de reprodução e distribuição dos bens culturais” (ARANHA; BATISTA, 2009, p. 122). Além disso, os autores ainda apresentam que o mercado interfere na organização dos bens culturais, limitando-os cada vez mais a meros produtos comercializáveis.

Aranha e Batista (2009) demonstram que a literatura erudita ainda é vista como um modelo de *status* social, em especial a leitura. As pessoas que leem obras clássicas continuam sendo consideradas cultas, visto que esse tipo de leitura ainda é tido como sinônimo de poder e riqueza. Além disso, o fato de saber ler e ler muitos livros foi algo de destaque para servir de base à nova camada de leitores e/ou consumidores de literatura que começou a surgir durante e após a Revolução Industrial, como mencionado anteriormente. Assim sendo, os autores elucidam: “Em tese, o sujeito-leitor seria detentor de maior saber que seus pares pela sua condição de consumidor de livros” (p. 123) e, desse modo, o nível de conhecimento das pessoas passa a ser estimado de acordo com a quantidade de leituras que elas acumulam.

Demonstra-se, então, a partir dos estudos de Aranha e Batista (2009) que:

Tal representação deu espaço para a formação de um novo nicho consumidor da cultura letrada: a classe trabalhadora. Paralelamente a essa nova demanda, os avanços tecnológicos permitiram, cada vez mais, a difusão da produção de materiais impressos pelo barateamento do custo. Assim, um universo maior de pessoas teve acesso aos livros que, anteriormente, podiam ser considerados artigos de luxo. O surgimento destes novos decifreadores do código impresso deu origem a um novo nicho de consumo de textos. (ARANHA; BATISTA, 2009, p. 123).

Segundo os autores, a Revolução Industrial impôs uma intensificação da alfabetização para a classe trabalhadora, para que esta estivesse apta a trabalhar nas indústrias. Essa nova população alfabetizada também se sentiu no direito, licitamente, de apreciar a cultura letrada, o universo da literatura, especificamente, no âmbito das obras escritas, em vista não apenas de enriquecer seu capital cultural, mas de adquirir *status*, uma vez que quem lia obras literárias era considerado alguém de nível social mais elevado. Assim, Aranha e Batista (2009) indicam que para atender a demanda dos novos e numerosos leitores e apreciadores da literatura de massa o mercado de consumo barateou o custo de materiais impressos e passou a produzir obras em larga escala para fornecer a grande massa e fazer relação com o cotidiano desses leitores consumidores.

Um exemplo atual da literatura de massa é o *best-seller*, que para Aranha e Batista (2009), após estudos sobre as novas roupagens fornecidas à literatura, e seguindo ao então modelo de literatura de massa, configura-se como: “[...] uma obra literária extremamente

popular cujo valor seria colegitimado pelo próprio mercado, ganhando evidência e aval através da inclusão na lista dos ‘mais vendidos’” (ARANHA; BATISTA, 2009, p. 126, grifo dos autores). Logo, os *best-sellers* têm de fato uma grande aceitação na sociedade, uma vez que esse tipo de produção literária utiliza uma linguagem menos formal, produzida intencionalmente para cativar os leitores que buscam esse tipo de leitura, seja por puro prazer ou até mesmo na busca por um aperfeiçoamento intelectual. Além do mais, o fato de alcançarem o destaque como líderes de venda no mercado acaba atraindo diretamente o interesse de mais pessoas, e assim se consolida um considerável número de apreciadores da literatura. Entretanto, nesse sentido, com mais ênfase à literatura de massa capaz de trazer para si não apenas leitores, e sim, consumidores-leitores.

Os autores ainda acrescentam que a literatura de massa atende aos desejos dos seus consumidores porque ela tem como tema, em geral, a vida corriqueira, as paixões impossíveis, os heróis invencíveis, as realidades do dia a dia, entre outros, temas capazes de gerar um certo prazer no leitor. É possível afirmar que se trata de uma literatura sem compromisso com um grau maior de conhecimento científico para a compreensão de suas obras, como apontam Aranha e Batista (2009):

Aliada a esta estrutura, encontra-se a linguagem simples e leve, objetivando transmitir informações de fácil interpretação popular, minimizando o esforço do leitor, no sentido de não lhe exigir erudição como pré-requisito para a fruição do texto. O que reforça o entendimento de que o principal foco deste gênero está na estruturação do enredo e não na exploração da linguagem. (ARANHA; BATISTA, 2009, p. 127).

Tem-se, então, que as obras da literatura de massa acentuam-se principalmente em uma disposição dos leitores-consumidores para estas, ou seja, para que determinado *best-seller*, por exemplo, tenha aceitação significativa por parte do público-consumidor é necessário que este público se identifique com o que está posto no produto. Isso leva o leitor-consumidor a validar e, conseqüentemente, determinar se de fato tal obra deve ou não se enquadrar na lista dos grandes líderes de venda.

A partir dessa discussão sobre alguns elementos da literatura de massa, torna-se importante destacar alguns aspectos da literatura clássica. Nesse sentido, Calvino (1993) atribui catorze consideráveis conceitos, destacando o terceiro conceito de clássicos como: “[...] livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual” (CALVINO, 1993, p. 10-11). Desse modo, para Calvino (1993), esta conceituação de clássico está ligada diretamente com o processo de fabulação quando o indivíduo acessa

determinada obra literária, neste caso, a clássica. Nesse sentido, o contato com o clássico permite ao receptor/leitor uma apropriação de conhecimento tanto coletivamente quanto de modo individual. A obtenção da mensagem passada em determinada obra clássica também pode manter-se ativa durante toda a trajetória do receptor/leitor e/ou permanecer guardada na sua memória.

Outro conceito dado aos clássicos por Calvino (1993) é o de que: “Um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente as repele para longe” (p. 12). Nesse conceito, o autor indica que a obra clássica não é capaz de suscitar apenas inquietações novas, mas pode trazer à tona realidades sobre algo que já se tinha conhecimento. E, em ambos os casos, existe uma conexão nesse ato de revelar o novo ou o já apresentado, e isso se dá quando há uma relação de conexão entre a obra e o leitor.

Calvino (1993) também conceitua como clássico: “[...] um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia” (p. 14). Aqui, o autor trata da definição de clássico pautada na ideia da intertextualidade, de modo que uma vez acessando uma obra clássica, o receptor pode ou não fazer relação da obra com outras produções, sendo estas ou não, clássicas. Porém, independentemente da quantidade e/ou tipos de obras que o indivíduo aceda, a partir do seu primeiro contato com uma obra clássica, será capaz de reconhecer se as outras produções são clássicas. É como se tendo um primeiro encontro com o clássico, inicia-se uma relação de compreensão acentuada, com a possibilidade de se perpetuar por todas as outras experiências de leituras do indivíduo.

Destaca-se também outro conceito de clássico, segundo Calvino (1993): “É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (p. 15). Nesta concepção, o autor destaca que o clássico é necessário em todas as atualidades, mas que nem sempre essa necessidade do clássico nas conjunturas sociais é bem aceita pela coletividade. O autor ainda discute que, de fato, o clássico muitas vezes vai contra as realidades dos indivíduos, no sentido de existirem diferenças e possíveis impasses na relação das condições apresentadas pelos clássicos e as de quem os adquire. Mas, mesmo considerando essas realidades, o clássico é necessário a qualquer conjuntura social.

Calvino (1993) acentua que na discussão sobre o papel ou funcionalidade do clássico o que importa é acessá-lo. Assim, o autor escreve: “A única razão que se pode apresentar é que ler os clássicos é melhor do que não ler os clássicos” (p. 16). Portanto, o autor defende mais

uma vez a importância de se ler os clássicos, enfatizando que mesmo que se mantenha ativa a discussão se eles importam ou não para a sociedade, qual papel desempenham na vida das pessoas, se são obras de fácil ou não compreensão, o que de fato se faz preciso é não deixar de ter contato com um clássico.

Após essa breve exposição acerca de alguns elementos da literatura de massa e da erudita, retorna-se a Cândido (2011) para enfatizar que nessa disputa entre ambas é importante destacar que o crítico literário enfatiza justamente essa questão, quando defende a ideia da literatura como um direito de todos. O autor escreve:

Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas. (CÂNDIDO, 2011, p. 188-189).

De acordo com o autor, não se trata de negar uma para ascensão da outra, porém, de oferecer às camadas sociais mais vulneráveis o conhecimento também da literatura erudita. Para Cândido (2011), a literatura é um direito de todos, tanto a de massa quanto a erudita. E não se pode achar que a grande maioria da sociedade só tem direito à literatura de massa, pois por mais que ela também seja importante não se pode limitar a sua fruição para tais camadas sociais. Então, como Cândido (2011) acentua o problema não está, necessariamente, nos leitores consumidores usufruírem da literatura de massa, mas em separar a literatura erudita das classes mais vulneráveis.

Nesse sentido, a circulação dos best-sellers, campeões de venda, não é, necessariamente, o problema na concepção de Cândido (2011), no que diz respeito à literatura como um direito de todos. Entretanto, colocá-los na mesma condição dos cânones literários torna-se um equívoco. Assim, também é equivocado estimular apenas as suas leituras como verdades absolutas, mas assumi-las como mais uma opção de aquisição de conhecimento, com uma linguagem menos formal. Por outro lado, também não é o caso de colocar a literatura erudita como exclusiva fonte de conhecimento, e restrita apenas às pessoas com maior poder aquisitivo, ao contrário, torna-se necessário entender a sua importância para a sociedade e, conseqüentemente, torná-la mais próxima a todas as camadas sociais.

2.2 NOVOS CONCEITOS DE LITERATURA: UMA ADAPTAÇÃO AO TEMPO

Sabe-se que literatura ao fazer parte da sociedade sofre mudanças e atualizações. Como no *Capítulo* anterior foi realizado um traçado histórico sobre o conceito de literatura, a partir dos estudos de Lajolo (1984), faz-se necessário discutir a respeito da definição de literatura na atualidade. Para isso, a autora retoma esse debate considerando que a literatura se reinventa, bem como a validação de que ela continua ativa e a resistência por parte de autores e/ou professores acerca das adaptações, novas características e lugares de ocupação da literatura na sociedade atual. Assim, Lajolo (2018) acentua:

Fico encantada de estarmos juntos nessa discussão, no momento em que tanta gente jura que ninguém lê, que a literatura morreu. Você, eu, seu amigo, minha colega e todos sócios do seletíssimo Clube de Leitores Anônimos sabemos que é mentira, que a literatura vai bem, obrigada, está vivinha da silva, e até manda lembranças... Mas ela mudou. Mudou muito. Mudou de cara, de endereço e até de família. E tem quem não a reconheça no novo endereço, tem quem desfaça da parentela que veio de longe. Tem uma voz ali atrás, resmungando: então música popular é poesia? É fanfiction? Telenovela tem tanto valor quanto romance? E o que vem em blogs? Folheto de cordel tem a mesma importância estética epopeia...?. (LAJOLO, 2018, p. 11-12).

Para a autora, a abertura ao novo, realizada pela literatura na atualidade, gerou um certo incômodo em determinado público acostumado com a literatura em seu modelo mais estrutural, com obras criadas por nomes notáveis no universo da linguagem culta. O fato de a literatura ter sido incorporada a esse processo de atualização e a circulação em vários âmbitos da sociedade, cativando novos apreciadores, causou receio e resistência aos adeptos do modelo mais rebuscado e tradicional literário, isso porque estes temem um esvaziamento da literatura. Nesse sentido, vale destacar que Lajolo (2018) não repudia tal persistência por parte desse público contrário às novidades literárias, pois de certo modo eles têm embasamentos para defender a literatura no aspecto mais tradicional. Porém, ela considera que tais fundamentos também estão carregados do tipo de cultura social a qual este pertence, visto que segundo Lajolo (2018):

Embora resmungonas, essas vozes sabem o que dizem e não dizem o que dizem sozinhas. Fazem parte de uma longa e respeitável tradição. Mas essa tradição cultural que as apoia, se tem o respaldo de muitos séculos, tem também a civilização ocidental por horizonte. E a civilização ocidental foi (ou ainda é um pouco?) por longo tempo branca, masculina, bem alfabetizada e com conta no banco... (LAJOLO, 2018, p. 16).

Logo, percebe-se que, supostamente, os discursos em defesa ou não da renovação da literatura estão entrelaçados ao contexto social que formou ou ainda constitui o público

contrário ou a favor de tal movimento da literatura. Isto porque ela e a conjuntura social sempre se encontraram em constante ligação de modo que dialogam entre si.

Retomando a discussão acerca do desenvolvimento de diferentes versões de literatura, Lajolo (2018) escreve:

A literatura hoje não é mais sempre e só artesanal, nem é produzida por umas poucas indústrias ou escrita por uns poucos escritores que têm o monopólio do mercado e da crítica. Hoje a literatura é produzida por uma indústria tão sofisticada quanto a indústria de alimentos, que oferece molho de tomate para todos os gostos, com coentro ou sem cebolinha, com pedaços grandes de tomate ou como creme homogeneizado. (LAJOLO, 2018, p. 13).

Neste caso, é perceptível como a indústria avança em um processo de apropriação da literatura como uma simples coisa comercializável, tratando-a, de fato, como mercadoria que para ter mais sucesso de venda, maior lucratividade e circulação precisa se adequar ao gosto de todos os públicos. Por isso, então, aplica-se o movimento de especialização literária, ou seja, um tipo de literatura para cada público, uma produção literária que supostamente, nessa vertente industrial, esteja de acordo com as características do que é desejado por esse público. Sob esses termos, a literatura se mostra mais democrática em termos de versatilidade de modo a tornar o campo das produções literárias mais diversificado e abrangente, visando atender a públicos diferentes. Porém, isso se estabelece com forte influência da indústria que produz de acordo com a demanda do mercado literário. A literatura cabe agora, em vários contextos, como indica Lajolo (2018):

A literatura de hoje fala de vários mundos: alguns parecidíssimos com o nosso, onde, por exemplo, tem gente que morre de fome nas ruas; mas também fala de mundos muitos diferentes, habitados por espíritos, anjos, vampiros, energias e demônios. A literatura traz para o nosso lado mundos prometidos pela ciência, com seres artificiais sofisticados e com seres naturais manipulados em laboratório. Há histórias com palavras e imagens e histórias só com imagens. Poemas que são imagens e imagens que são poemas, poemas curtos empilhando palavras, poemas compridos espaçando palavras, poemas com rima, poemas sem rima... (LAJOLO, 2018, p. 14).

A partir disso, tem-se a criação de uma literatura muito próxima das pessoas, porém agora de maneira variada, destinando-se a distintos grupos, de diferentes camadas sociais. Já não se encontra nesta nova conduta literária a necessidade de adesão de uma parcela restrita da sociedade para validar um possível conceito de literatura e, tampouco, a sua unificação e consolidação. Concerne em obras literárias dos mais variados tipos e inúmeros públicos. Outrossim, essas atuais obras revelam também o anseio desses públicos diversificados, compreendendo-os como sujeitos ativos, ávidos por obras que reflitam sobre eles mesmo o

tempo todo, ou que os levem a conhecer outros mundos, ainda que estes fiquem só no campo do imaginário.

Lajolo (2018) aponta que há dúvidas em relação ao conceito de literatura, devido à presença de tipos de obras literárias consideradas importantes em determinados contextos históricos e sociais. A autora ainda argumenta que tentar encontrar um conceito único e objetivo não é a melhor opção, pois na maioria dos casos: “[...] *ser ou não ser literatura* é assunto que se altera ao longo do tempo e desperta paixões!” (LAJOLO, 2018, p. 18, grifo da autora). Supõe-se que recorrer a caminhos práticos para compreender o que seria ou o que é literatura culmina em uma possível frustração em que busca tais respostas fechadas, pois para um entendimento aceitável e plausível acerca da definição de literatura é preciso levar em conta a conjuntura histórico-social e cultural que permeia o público-alvo apreciador e produtor de obras literárias discutidas e consumidas nos vários contextos históricos. De outra forma, entender se a literatura possui um ou mais significados só é possível quando se relaciona com o tempo corrente do autor e do público que legitimam tais conceitos, porque faz-se necessário compreender o contexto histórico-social e cultural que os cerca.

Lajolo (2018) reforça a ideia do conceito de literatura se alterar com o passar dos anos, ao fazer uma breve explicação sobre o fato de que as obras literárias, em especial as escritas, não serem como animais, por exemplo, que serão os mesmos independente do lugar onde estejam. Por isso, ela escreve: “Com um texto é diferente: pode vir a ser ou deixar de ser literatura ao longo do tempo” (p. 19). Então, uma obra considerada literária em determinado tempo pode ou não perder essa característica.

Nessa corrente de público legitimador de obras literárias, Lajolo (2018) redige:

[...] *quase todos de uma tribo* dizem ter lido ou pretender ler tal ou qual autor. Fagundes Varela (1841-1875), José Lins do Rego (1901-1957), Dalton Trevisan, Luiz Ruffato podem incluir-se nesses casos. São badalados, são às vezes estudados nas escolas, sua obra é analisada em teses e congressos. Os vivos recebem convites para conferências, participam de noites de autógrafos e feiras de livros. Já outros – muitos e muitos outros – não desfrutam dessa festa toda. Seus nomes são desconhecidos, suas obras são difíceis de ser encontradas, não constam das bibliotecas, ninguém fala delas. Eles imprimem às vezes seus próprios livros e não encontram leitores para além da família e dos amigos mais próximos. Em pequenas comunidades, cantadores, repentistas, contadores de histórias – embora só raramente projetem seus nomes nos circuitos eruditos das grandes cidades – são amados e respeitados por um público, que é fiel a eles. (LAJOLO, 2018, p. 20, grifos da autora).

O fazer literário, neste sentido, é compreendido como uma aceitação dos leitores que tornam uma obra bem-sucedida ou não. A autora também apresenta outros motivos responsáveis por transformarem as obras literárias em famosas ou desconhecidas. Há grupos de

peessoas que possuem maior poder aquisitivo para adquirir obras de linguagem mais culta e de autores renomados. E são estes, em sua maioria, que resistem ao surgimento de novos modelos literários, com outras linguagens diferentes da empregada em obras eruditas. Por outro lado, também existem outras camadas sociais que defendem a literatura vigente nos seus convívios. São pessoas capazes de apreciar todos os tipos de literatura, mas que nem sempre têm tanto poder aquisitivo para obter, por exemplo, as obras defendidas por outros grupos (LAJOLO, 2018).

Existem também autores que não são reconhecidos no mesmo grau de escritores famosos e, talvez, a maioria da sociedade não os conheçam. Contudo, segundo Lajolo (2018), isso não os limita a continuarem produzindo, já que possuem seu público cativo que por uma razão ou outra validam suas obras como literárias, que não perdem seu valor cultural para aqueles que as apreciam.

Lajolo (2018) também aponta para a produção dos *best-sellers*, que segundo ela, obedece a um mecanismo de produção industrial, pautado no gosto e no desejo do público. São obras dependentes, em grande parte, da aceitação de determinados leitores; escritas destinadas a saciar a vontade dos seus apreciadores, ou seja, sua intencionalidade é agradar seu público, tal qual é feito na relação mercado-consumidor. Assim, a autora acentua:

Enquanto isso, em segmentos modernos e requintados da indústria livreira, livros de grande sucesso – os *best-sellers* – podem ser escritos numa espécie de linha de montagem. A produção da obra começa por um levantamento das expectativas do público: tipo de história de que gosta mais, frequência esperada de cenas de sexo e de violência, cenários e ambientes preferidos, coisas assim. Com base nesses dados, pode-se escrever um romance *sob medida* para um certo tipo de público. Como investimento comercial, livros desse figurino correm riscos mínimos e oferecem boas perspectivas de retorno financeiro. (LAJOLO, 2018, p. 20-21, grifos da autora).

Entende-se que nesse âmbito, da indústria livreira, apresenta-se mais um tipo de produção que pode ser incorporada ao novo conceito de literatura, designada a atender dois aspectos: o interesse do leitor e a lucratividade do comércio, sendo que para a fluência do segundo, estuda-se a necessidade do primeiro. Neste caso, a autora sustenta que neste tipo de produção literária, o mercado livreiro dificilmente terá prejuízos, uma vez atendida a vontade do público-alvo.

Com a diversidade apresentada no âmbito da literatura, Lajolo (2018) discute a dificuldade encontrada em chegar a uma possível conclusão do que seria, então, literatura e, também, o que não é literatura. A autora esclarece que tal indagação não é própria da atualidade, já que em outros períodos da história/literatura autores renomados passaram pela mesma

situação de dúvidas em relação a definição direta de um conceito de literatura. Para a autora, dúvidas sobre se romances amadores, CDs, outros escritos, e tudo que é publicado podem/devem receber ou não o selo de literatura são recorrentes nos dias atuais. Em seus estudos, a autora indica: “A resposta é simples. Tudo isso *é, não é* e pode ser que seja literatura. Depende do ponto de vista, do significado que a palavra tem para cada um, da situação na qual se discute o que é literatura” (LAJOLO, 2018, p. 23, grifo da autora).

Logo, compreender a literatura como um conceito fechado requer certa disposição e atenção para cada tipo de literatura discutido e a função que ela exerce coletiva e individualmente em uma sociedade. Diante disso, faz-se necessário lembrar a concepção da autora em relação a obra literária, feita em sua obra: “O que é literatura”², de 1984, e destacada em sua obra de 2018, intitulada “Literatura: ontem, hoje e amanhã”: “Uma obra literária é um objeto social muito específico. Para que ela exista, é preciso, em primeiro lugar, que alguém a escreva e que outro alguém a leia” (LAJOLO, 2018, p. 25-26). Por ser um objeto social, ela estabelece uma relação direta entre autor-obra-leitor, de forma que um depende do outro para alcançar o ato literário.

Além disso, para que essa conexão seja feita são necessários meios que veiculem esta ligação. Lajolo (2018) apresenta alguns deles:

[...] editor, diagramador, impressor, distribuidor e livreiros são algumas delas. [...] São, no caso do livro impresso...Constituem uma espécie de *corredor* pelo qual passa a obra antes que se cumpra sua natureza social, de criar um espaço de interação entre dois sujeitos: o autor e leitor. No caso do livro digital, desaparecem algumas dessas personagens e surgem outras; o *programador*, por exemplo. (LAJOLO, 2018, p. 26, grifos da autora).

Mas existe outro fator preciso para sanar as dúvidas a respeito da definição de literatura, visto que o caminho destacado anteriormente não é suficiente para isto. Em razão disso, Lajolo (2018) escreve: “[...] é preciso algo mais do que interação entre seu autor e seus leitores. A literatura tem de ser *proclamada* e só os canais competentes podem proclamar um texto ou um livro como *literatura* (p. 26, grifos da autora). Nota-se que para uma obra ser considerada literária, embora existam críticas em relação a isso, ela precisa passar por um processo de legitimação de determinada produção, setores e avaliadores para, de fato, ser nomeada literatura. Tais canais competentes, segundo a autora, são:

² Sobre isso, nesta obra, a autora escreve: “[...] é que a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ela só existe enquanto obra nesse intercâmbio social” (LAJOLO, 1984, p. 16).

[...] as instâncias – instituições, eventos, publicações, titulações – às quais cumpre apontar, atestar e chancelar a literalidade de certos textos em circulação. Cabe aos canais competentes – espécie de cartório que reconhece e autentica firmas – estabelecer e afiançar o valor ou a natureza artística e literária de uma obra. (LAJOLO, 2018, p. 26-27).

Estes canais competentes formados por professores, críticos literários, editoras tidas como renomadas, intelectuais, autoridades de cursos literários, entre outros, ficam a cargo de *rotularem* as produções em literárias ou não. Para mais, Lajolo aponta que o avanço da internet foi algo que alterou o universo literário pelas diversas formas de acesso à literatura, possibilitadas por seus aparatos tecnológicos. A autora escreve:

O computador afeta profundamente o mundo literário. Em primeiro lugar, ele favorece formas alternativas, mais baratas e mais práticas de distribuição de textos. Bancos de textos e sites disponibilizam livros, jornais e revistas. De hoje, de ontem e de anteontem! Na verdade, ficam à mão bibliotecas inteiras, que podem ser impressas ou legíveis apenas na telinha. A escolha é do freguês. Isto é, do leitor. O computador também favorece a produção dos *ebooks*, *portáteis* como este. Livros eletrônicos são ótimos, mas não são o fim do impresso. Vivem junto, e sem brigar, com seus irmãos mais velhos, os livros de papel e tinta. (LAJOLO, 2018, p. 154, grifos da autora).

Nesse sentido, é notável que graças à internet o acesso à literatura ganhou mais agilidade, visto que se pode ler uma obra literária ou trechos dela em espaços variados e com o uso de diversos dispositivos, como celular, computador, tablet e/ou *kindle*. Seja em casa, no carro, no ônibus, no metrô, nas praças, tal como se faz com o livro impresso; a diferença é que este ocupa mais espaço e requer cuidados de conservação diferentes. A autora argumenta que há lugar para todos, de acordo com o interesse e disposição do leitor.

Feito isso, Lajolo (2018) fundamenta que a função da literatura em dar forma e organizar o que provém da fabulação humana permanecerá a mesma. Assim, ela escreve:

[...] a literatura no século XIX – quaisquer que sejam as formas que dela sobrevivam ou as novas que se vierem a inventar – continuará seu velho ofício de arrumar em palavras o desarrumado das cabeças e dos corações.
Ou desarrumar o arrumado.
De todos.
De crianças, de homens e de mulheres como nós e diferente de nós.
Em prosa e verso.
E em ritmo de vice-versa. (LAJOLO, 2018, p. 162).

Desse modo, compreende-se que a literatura está sujeita a passar por alterações seguindo o desenvolvimento da sociedade, contudo a sua função enquanto instância de humanização não se perde e muito menos sofre alteração. A literatura tem a capacidade de

tornar concreto e dar significado ao que o ser humano pensa, da mesma maneira que também traz inquietações acerca da sua atuação enquanto sujeito social e humano.

A organização do pensamento, mencionada anteriormente, está relacionada à maneira como Cândido (2012) aborda a necessidade humana de ficção/fantasia. Sobre isso o autor escreve:

[...] por via oral ou visual; sob formas curtas e elementares, ou sob complexas formas extensas, a necessidade de ficção se manifesta a cada instante; aliás, ninguém pode passar um dia sem consumi-la, ainda que sob a forma de palpite na loteria, devaneio, construção ideal ou anedota. E assim se justifica o interesse pela função dessas formas de sistematizar a fantasia, de que a literatura é uma das modalidades mais ricas. (CÂNDIDO, 2012, p. 83).

Logo, entende-se que a literatura atua como importante forma de estruturação daquilo que está no campo do imaginário das pessoas; e isso em todos os tempos e em diferentes esferas sociais. Outrossim, vale destacar que para Cândido (2012), ao tratar a literatura como instância formativa, não se pode correr o risco de colocar essa formação em um âmbito estritamente pedagógico, pois sua capacidade de humanização vai além disso. Desta maneira, o crítico literário escreve:

Seja como for, a sua função educativa é muito mais complexa do que pressupõe um ponto de vista estritamente pedagógico. A própria ação que exerce nas camadas profundas afasta a noção convencional de uma atividade delimitada e dirigida segundo os requisitos das normas vigentes. A literatura pode *formar*; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, — o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. (CÂNDIDO, 2012, p. 84, grifo do autor).

Isso justifica o potencial formativo da literatura, tornando mais plausível a sua compreensão enquanto formação humana. Deste modo, entende-se que isso extrapola o fazer pedagógico e que este é um processo disponível a todos, desde que haja formas de organizar o fazer literário. Ademais, para Cândido (2012), no que diz respeito ao seguimento da literatura como formação humana, ela: “[...] não *corrompe* nem *edifica*, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (p. 85, grifos do autor). A literatura assume, então, o papel de organizar as inquietações humanas de maneira específica e particular, na medida em que ela permite ao sujeito transcender seu lado mais humano, dispensando padrões e/ou rótulos empregados na sociedade, para se humanizar. A literatura ajuda o ser humano, simplesmente, a ser sempre mais humano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados nessa pesquisa, com base em Cândido (2011), pode-se afirmar que a literatura se configura como um tipo de conhecimento com a capacidade de humanizar o indivíduo. Além disso, ela pode ser considerada como um direito e, portanto, necessário à sociedade. Nesse sentido, pode-se considerar a literatura como uma das formas de humanização, assim como tantas outras que contribuem com a formação humana. Pensar em uma sociedade sem a literatura é imaginar um corpo social em desequilíbrio humano e social, visto que a literatura é também um tipo de equilíbrio social, por isso não se deveria negá-la à humanidade (CÂNDIDO, 2011). Em todas as conjunturas sociais, ela tem seu lugar pois não se vive sem a fabulação, ainda que haja quem refute essa ideia. Portanto, a humanidade precisa da literatura para organizar aquilo que é da ordem dos pensamentos, dos desejos e dos sentimentos, para dar forma e objetividade ao que é pensado, desejado e sentido.

Independentemente de serem obras relacionadas à literatura de massa ou que tragam a força dos clássicos, o importante é que na estruturação da obra literária tenha-se a conexão entre forma e conteúdo de modo que ela possibilite ao leitor fazer uso da fabulação, a fim de aprimorar a sua atuação na sociedade como um ser pensante, ativo e reflexivo. Desse modo, faz-se relevante que as produções literárias específicas da literatura de massa façam o movimento de trabalhar suas temáticas de maneira mais estruturada, pensando nos leitores como indivíduos sociais e reflexivos, ao invés de apenas consumidores que anseiam apenas por uma literatura superficial, que atinge seu limite no campo das emoções e por aí finda a relação entre leitor e obra. Vale ressaltar que as obras literárias consideradas eruditas também são comercializadas, mas, em sua maioria, são produzidas com intencionalidade, com compromisso com o fazer literário.

Sabendo que a literatura, como um objeto social, acompanha as transformações da sociedade é necessário refletir sobre os novos espaços atingidos por ela e o acesso das pessoas às obras literárias, dos mais variados temas. No geral, as pessoas buscam, de certo modo, alimentar a sua fabulação e, quanto a isso, a concordar com Cândido (2011; 2012), o fazem em contato com a literatura. O problema está em oferecer a elas somente uma literatura fragmentada, pautada na comoção imediata, voltada a um público consumidor, com uma linguagem mais informal, por consequência da forte intervenção mercadológica na literatura. Ao reduzir a obra literária a mero produto comercial, em que o seu grau de relevância é avaliado de acordo com a adesão de determinado público, leitor-consumidor, tende-se a produzir mais de acordo com a lei da oferta e da procura. Esta produção literária serve para ser divulgada e

posta no mercado, com um tipo de temática que agrade o seu público e, não necessariamente, com a intencionalidade de provocar inquietações sociais em quem a acessa.

Por outro lado, continuar alimentando o discurso de que a literatura erudita ou os clássicos são privilégios de poucos dificulta um possível esforço para democratizar o alcance das obras literárias. Ao contrário de manter acesa tal disputa, torna-se importante compreender que ambas são lícitas para todos os públicos, desde que cumpram a função formativa e humanizadora, própria da literatura enquanto objeto de construção humana (CÂNDIDO, 2011). Ainda no que diz respeito ao conflito entre as denominadas titulações da literatura é necessário refletir sobre o que está por trás dos discursos em defesa de cada uma, na busca de considerar a preocupação daqueles reivindicadores do cumprimento da instância formativa da literatura, diante dos interesses mercadológicos. Vale lembrar que, com a adesão total da literatura ao mercado, como no caso dos *best-sellers*, por exemplo, quem sai perdendo é todo o corpo social por não reconhecer a literatura como potência formadora e humanizadora.

Além disso, é preciso considerar que a humanização propiciada pela literatura beneficia as relações entre os indivíduos, ao passo que ela os leva a agir na sociedade respeitando e zelando pela melhor convivência social, tal como potencializa a visão do outro como igual a si (CÂNDIDO, 2011). E isso se torna possível quando se dispensa a individualização, no sentido de cada ser humano atuar apenas em benefício próprio. Partindo do pressuposto de que a literatura potencializa a formação humana e que isso não cessa ao fechar a página de um livro, por exemplo, logo, quanto antes e intensivo aconteça a contemplação e a inquietação do e sobre o mundo a partir dela, mais os sujeitos poderão atuar em sociedade, de modo reflexivo e crítico.

Por fim, ressalta-se que essa discussão sobre a literatura, enquanto uma das instâncias formativas e humanizadoras, reflete na educação de modo a contribuir com a percepção e compreensão do papel formativo da literatura, auxiliando no aperfeiçoamento da intencionalidade pedagógica e, também, com a noção da importância do papel de um educador consciente da função humanizadora que pode existir em diversas áreas de estudo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gláucio; BATISTA, Fernanda. Literatura de massa e mercado. **Revista Contracampo**. Niterói, n. 20, p. 122-131, ago. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17183>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. *In: Por que ler os clássicos*. Trad. MOULIN, Nilson. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9-16.

CÂNDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**, Campinas, 2012. DOI:10.20396/remate.v0i0.8635992. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 19 fev. 2023.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In: Vários Escritos. O direito à literatura*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: ontem, hoje, amanhã**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.